

APRESENTAÇÃO

PANDEMIA, DIREITOS E MOVIMENTOS SOCIAIS



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

A pandemia da COVID-19 surgiu como uma hecatombe que abalou o mundo e impactou profundamente a vida de todas e todos nós. A crise estrutural do capitalismo, que já tinha as dimensões econômica, social, política, cultural, ideológica e ambiental, foi agravada em todas essas facetas e passou a ter também uma dimensão sanitária. No momento em que escrevemos este editorial, o mundo já passou de 2,2 milhões de mortos pela COVID-19 segundo dados oficiais, sem contar as mortes não confirmadas e aquelas decorrentes de desdobramentos da pandemia (tais como a fome, o aumento da violência doméstica, suicídios *etc*).

No Brasil, já são mais de 220 mil mortos pela COVID-19 e o surgimento de uma nova cepa do coronavírus no Amazonas sinaliza que nos próximos meses a pandemia tornará a crise mais dramática. Grande parte dessa catástrofe se deve ao governo Bolsonaro, que ficará registrado na história pelo negacionismo, pela indicação de tratamentos e medicamentos sem comprovação científica, pela sabotagem às medidas de isolamento social, pela negligência nas medidas necessárias para salvar vidas, e também por “passar a boiada” durante a pandemia em temas ambientais, de segurança pública, de retirada de direitos dos trabalhadores e dos servidores públicos, de uso indevido dos recursos públicos *etc*.

Os movimentos sociais foram profundamente impactados pela pandemia. As mobilizações de rua, as ocupações e os protestos ficaram prejudicados pela necessidade do isolamento social; as pautas de reivindicação foram focadas nos programas de auxílio emergencial e em explosões sociais que surgiram durante a pandemia (como a luta contra a violência policial contra os povos negros); as campanhas foram direcionadas para a solidariedade às comunidades periféricas, abandonadas pelo poder público durante esse período; as formações passaram a incluir o tema dos cuidados em saúde para evitar a disseminação do coronavírus; as ferramentas virtuais de comunicação passaram a ser utilizadas como alternativa para as articulações e as mobilizações.

No mundo acadêmico desafios semelhantes emergiram. A adoção do ensino remoto pelas faculdades e universidades intensificou a condição de precarização docente que já ocorria há muitos anos; o isolamento social intensificou ainda mais o produtivismo acadêmico (e a

“delinquencia acadêmica” denunciada por Mauricio Tragtenberg); os seminários e eventos acadêmicos passaram a ser realizados de forma *online*; e com tudo isso cresceram vertiginosamente as situações de adoecimento físico e mental de docentes e discentes, ante um cenário de incertezas, de sucateamento da educação, de perseguição ideológica ao pensamento crítico.

O Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS) surgiu em 2012 para se constituir como uma “rede de redes” de pesquisadorxs, docentes, estudantes, militantes de movimentos sociais que permitisse a troca de conhecimentos, informações, afetos e energia mobilizadora e de luta pela abertura de espaços ao pensamento crítico no mundo acadêmico. Se sua importância já era evidente antes da pandemia, atualmente o IPDMS cumpre a função de ser mais uma trincheira do pensamento crítico e da denúncia contra os ataques aos direitos dos movimentos sociais e da classe trabalhadora no Brasil e no mundo.

A presente edição da *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais* surge na perspectiva da campanha “Pandemia, direitos e movimentos sociais” do IPDMS, lançada em agosto de 2020 com o objetivo de reunir relatos, pesquisas e denúncias relacionadas à luta por direitos durante a pandemia da COVID-19. Publicada em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da UnB desde 2015, a *InSURgência* cumpre com essa nova edição a missão de reunir artigos científicos sobre o tema, relatos de militantes de movimentos sociais, documentos produzidos nas lutas desses movimentos durante a pandemia, poéticas que nos fazem refletir sobre múltiplas dimensões da crise que vivemos, além de artigos científicos de temas livres, verbete e resenha que compõem as 7 (sete) seções da revista.

Na seção “Diálogos Insurgentes”, em que geralmente são veiculadas entrevistas com militantes de movimentos sociais e/ou pesquisadorxs, decidimos publicar a íntegra das intervenções de 4 (quatro) dirigentes de movimentos sociais durante o Pré-Seminário Nacional Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais, realizado pelo IPDMS em 28/08/2020. Aldenir Gomes, graduado em Direito pela Universidade Federal de Feira de Santana na turma Elizabeth Teixeira (PRONERA) destacou a importância da educação no/do campo e a relevância do IPDMS na atual conjuntura; Cleber Karipuna, liderança indígena de base da APIB e da COIAB destacou os retrocessos impostos pelo governo Bolsonaro nas pautas indígenas, agravadas durante a pandemia; Luca Franca, da Coordenação estadual do Movimento Negro Unificado de São Paulo, destacou a importância da produção de conhecimento crítico do colonialismo e do racismo no atual contexto de fortalecimento das lutas dos povos negros em várias partes do

mundo; e Eliane Martins, da Coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos, destacou a necessidade de os movimentos sociais, os sindicatos, os partidos políticos de esquerda e a intelectualidade crítica retomarem a discussão sobre um projeto popular para o Brasil.

No dossiê “Pandemia, direitos e movimentos sociais” publicamos 6 (seis) artigos científicos com temas variados ligados aos desafios dos movimentos sociais e das lutas por direitos durante a pandemia.

No artigo “Ninguém solta a mão de ninguém: a ampliação do repertório de práticas organizativas de comunidades de baixa renda de Porto Alegre na resistência aos ataques ao direito à cidade e à COVID-19”, de Betania de Moraes Alfonsin, Pedro Prazeres Fraga Pereira, Paulo Eduardo Berni, Pedro Acosta Oliveira, Fernanda Madalosso Guimarães, Flávia Segat, Debora Carina Lopes, Vitória Alvarez Montanari, são recolhidos relatos de práticas de organização popular de comunidades periféricas na cidade de Porto Alegre durante a pandemia da COVID-19.

O tema do direito a cidade também está presente em “Insurgências no combate à pandemia em Fortaleza: as respostas populares frente a problemas (infra)estruturais”, de Clarissa Figueiredo Sampaio Freitas, Juliana de Boni Fernandes e Luísa Fernandes Vieira da Ponte, e no artigo intitulado “Plano Diretor e as ZEIS: cidade em disputa e os impactos da COVID-19 nos territórios periféricos do Recife”, de Julia Clariane Neves Samir Cruz, Clara Albuquerque, Paula Soares, Vitória Santos e Yasmin Cordeiro. Com esses artigos, a edição traz um panorama das lutas por direito a cidade em três capitais importantes do Brasil.

A organização comunitária dos povos tradicionais também ganha espaço nesta edição com o artigo “Direito ao território quilombola na Amazônia e a pandemia: as experiências da Malungu na vigilância comunitária em saúde para defesa da vida e do território”, de Luciana Gonçalves de Carvalho, Vercilene Dias, Raimundo Magno Cardoso Nascimento, Pedro Martins, que discutem os impactos da pandemia da COVID-19 na Amazônia e analisam as formas de organização popular construídas durante a pandemia no caso de uma comunidade quilombola amazônica.

Sabemos que a pandemia trouxe um agravo profundo à situação da saúde mental de todos nós, com o risco de se reforçar as perspectivas medicalizantes e isolacionistas que têm os manicômios, hospitais psiquiátricos e as comunidades terapêuticas como instituições de referência na segregação social. Nesse sentido, o artigo “Pandemia e luta antimanicomial”, de

Pedro Henrique Antunes da Costa e Kíssila Teixeira Mendes cumpre a importante missão de refletir sobre a luta antimanicomial durante da pandemia.

Os diversos desafios trazidos aos movimentos sociais e às comunidades periféricas durante a pandemia também reverberaram nos projetos de extensão universitária que realizam a assessoria jurídica popular. No artigo intitulado “Impactos da pandemia na extensão universitária brasileira: as experiências e os desafios da Assessoria Jurídica Universitária Popular”, Emanuely Orlando Borges de Oliveira, Gabriela Gomes de Abreu e Rogério Fernandes Rocha apresentam resultados de entrevistas realizadas com 11 (onze) projetos de AJUP antes e durante a pandemia, revelando os novos desafios enfrentados a partir de onze bases comuns de orientação-formação.

Fechando o dossiê, o artigo de Felipe Klein Gussoli intitulado “Os futuros possíveis do Direito na sociedade pandêmica” aponta alguns cenários e possibilidades que o mundo pós-pandemia podem nos reservar no que se refere ao campo jurídico.

Na seção “Em defesa da pesquisa”, voltada à publicação de artigos científicos sem vínculo com o tema do dossiê, publicamos 5 (cinco) artigos que tratam de temas importantes para as lutas por direitos, nos lembrando que a vida durante a pandemia não se resume à questão da COVID-19, mas a muitos outros desafios que os movimentos sociais já tinham no mundo pré-pandemia.

Em “As violações ao direito de protesto no Brasil”, de Ana Amélia Penido Oliveira e Suzeley Kalil Mathias, trazemos importantes reflexões sobre as próprias condições que são hoje impostas aos lutadores e lutadoras sociais no Brasil, e que permeiam as mobilizações de todos os movimentos sociais. Se a rua é a principal arena das lutas populares, a violação ao direito de protesto representa hoje um limite real às condições de luta do povo brasileiro.

Somam-se às violações ao direito de protesto os retrocessos no que se refere à política do Estado brasileiro no que se refere às drogas. Diante disso, Pedro Henrique Antunes da Costa discute no artigo “Há espaço para a redução de danos em políticas antidrogas?” sobre estratégias alternativas às políticas repressivas e moralizantes no que se refere aos usuários de drogas no Brasil.

O ascenso das lutas dos povos negros também é retratada na presente edição de InSURgencia com as reflexões de Marcel Jardim Amaral, Vilmar Alves Pereira, Tainá Valente Amaro e Lais Braga Costa no artigo intitulado “População Negra e Educação Popular em Saúde: uma experiência com portadores de doença falciforme”, que traz relatos de experiências

relacionadas ao direito à saúde dos corpos negros e a necessidade de uma pedagogia popular com esses sujeitos.

O direito a cidade, que foi tema da última edição de InSURgencia e que trouxe três artigos no dossiê desta edição, recebe mais uma contribuição com o artigo de João Aparecido Bazzoli, intitulado “Regularização fundiária e a responsabilidade dos municípios”, e que traz importantes reflexões sobre a obrigação jurídica e política de os Municípios brasileiros realizarem a regularização fundiária de comunidades periféricas para garantir o acesso a direitos.

Fechando essa seção de artigos livres, os pesquisadores Ricardo Prestes Pazello, Guilherme Cavicchioli Uchimura e Matheus Soares Ferreira tecem reflexões desde a Antropologia Jurídica sobre o já longo conflito que envolve as comunidades afetadas pela VALE S.A em relação ao rompimento da barragem do Fundão, em Barra Longa-MG. Intitulado “A acumulação originária que se renova: aproximações antropológico-jurídicas ao confronto entre a saúde do capital minerário e a dos atingidos de Barra Longa”, o artigo analisa a dimensão antropológica e também jurídica de um impasse que já dura mais de 2 (dois) anos e que não aponta sinais de um desfecho rápido e que garanta os direitos das comunidades afetadas.

Na seção “Temas geradores”, dedicadas a verbetes, o pesquisador Diego Augusto Diehl realizou um mapeamento das diferentes facetas das desigualdades sociais agravadas pela pandemia da COVID-19, com o texto intitulado “Pandemia e desigualdades sociais”.

Durante a pandemia os movimentos sociais realizaram diversas mobilizações – ainda que com as limitações já comentadas – na luta por direitos, contra os retrocessos sociais e no enfrentamento de um governo anti-povo e que assegura por ações e omissões a morte de centenas de milhares de brasileiros. Um retrato dessas lutas está publicado na seção “Práxis de libertação”, que nesta edição conta com os seguintes documentos históricos do tempo presente: “Manifesto da Campanha Despejo Zero”, construído por movimentos sociais do campo e da cidade contra os despejos realizados pelo Estado durante da pandemia da COVID-19; “Fora Bolsonaro e Mourão!!!! Carta aberta de lideranças de tradição de matriz africana e macumbeiras/os de esquerda”, que representa o posicionamento político de movimentos negros e suas lideranças diante de um (des)governo que estimula a violência contra as religiões de matriz africana e que revela profundo descaso com a saúde dos corpos negros durante a pandemia; “Manifesto da juventude em luta: pela vida e por direitos!”, que é um grito da juventude organizada no movimento estudantil e no movimento social por direitos e contra os

retrocessos para a juventude das periferias, das escolas e das universidades durante a pandemia; e “Propostas emergenciais da Plataforma Operária e Camponesa da Água e Energia (POCAE)”, que é uma plataforma de reivindicações e de lutas de movimentos sociais do campo e de sindicatos e associações de trabalhadores da indústria do petróleo e da produção de energia no Brasil.

Se a vida precisa de poesia, durante a pandemia da COVID-19 ela se fez ainda mais necessária para vivermos e sobrevivermos diante de um cenário de crises tão profundas. Por isso a seção “Poéticas Políticas” se fez ainda mais necessária, e nessa edição traz as contribuições de Kissila Teixeira Mendes e seu profético “Evangelho para um futuro próximo”; de Esloane Gonçalves Rodrigues e o poema *nuestroamericano* “História nua”; as lutas e os sofrimentos das mulheres e dos LGBTs em “Importunação sexual” e “Casamento gay” de Cristóvão Santos Júnior, além da ode à voz do povo no poema “O fio da voz, o fio da espada”, de José D'Assunção Barros.

Encerramos esta edição, histórica e representativa de um momento de mudança de época, com a resenha de José Luiz Amorim Ribas Filho sobre a coletânea intitulada “Experiências históricas de reforma agrária no mundo. Volume I”, organizada por João Pedro Stédile e publicada em 2020 pela Editora Expressão Popular. A resenha intitulada “Experiências Históricas de Reforma Agrária no Mundo: uma resenha do primeiro volume” integra a seção “Cadernos de retorno”, que fecha a presente edição.

Agradecemos a todas as autoras e os autores que dedicaram parte de seu tempo e de suas energias para contribuir com a presente edição, e também às leitoras e leitores que tornam a InSURgencia mais que um mero periódico acadêmico, pois somos também um manifesto político e um registro de época sobre as lutas dos movimentos sociais e do pensamento crítico no Brasil e no mundo.

Saudações inSURgentes!

Comitê editorial:

Alexandre Bernardino Costa
Diego Augusto Diehl
Diogo Pinheiro Justino de Souza
Guilherme Cavicchioli Uchimura
Moisés Alves Soares
Talita de Fátima Pereira Furtado Montezuma
Urânia Flores da Cruz Freitas

Comissão de Organização:

Diego Augusto Diehl
Guilherme Cavicchioli Uchimura